

11 FEV 1999

CORREIO BRASILENSE

GDF dará passagens a famílias albergadas

Rovênia Amorim

Da equipe do Correio

A baiana Fátima Gonçalves Pereira, 27 anos, mora num barraco de lona à beira da rodovia que segue para o Núcleo Rural de Sobradinho. Os fiscais da administração regional e da Terracap passaram por lá há duas semanas e derrubaram 20 barracos, inclusive o dela. Mas ela resistiu. Arranjou outro plástico preto e refez o barraco no mesmo lugar.

“Levaram as minhas panelas e meu colchão. Mas para o albergue eu não vou. Já estive lá e é horrível. Um depósito de gente, muita briga. Deus me livre, nós não somos cachorros”, reclama a baiana de Alagoinhas, mãe de três filhos. Nelson Jesus de Lima, 29 anos, também teve o barraco de lona derrubado, mas também se recusa a ir para o albergue — O Centro de Apoio Social, em Taguatinga Sul.

Nem a chance de ganhar uma passagem de volta para a sua terra, Feira de Santana (BA), o anima. “Vim pra cá, atrás de trabalho e de lote, confiando nas promessas de Roriz. Não posso voltar com a mesma trouxa

com que saí de casa”, protesta Nelson. “Não sou turista forçado para o governo me dar passagem e R\$ 50,00 de ajuda de custo para a viagem de volta. Tomo cachaça com esse dinheiro no caminho e ainda chego bêbado e liso em casa”, argumenta.

Para os invasores que não têm onde morar, o albergue é a solução que o governo apresenta. Àqueles que estão há menos de cinco anos no Distrito Federal e, de antemão, fora da política habitacional, é oferecida passagem de volta para suas cidades de origem. Só que muitos invasores não querem nem uma coisa, nem outra. E, mesmo tendo o barraco derrubado, teimam em reconstruí-lo.

No albergue, muitas famílias ameaçam voltar a invadir. “A situação aqui está muito crítica. Ficaram de liberar os nossos lotes e, até agora, nada. Vamos voltar para a invasão”, planeja Gabriel Ângelo Filho, 23 anos, líder das 19 famílias que na semana anterior ainda moravam na expansão do bairro do Areal, em Taguatinga.

Os invasores abrigados no CAS reclamam de tudo. Da comida, dos banheiros, da falta de segurança e de privacidade. O **Correio Brasileiro** esteve no albergue terça-feira, no começo da tarde. O banheiro coletivo masculino realmente está em péssimo estado. O cheiro é insuportável e o esgoto escorre pelo piso. O banheiro das mulheres também tem suas precariedades.

“A gente não pode nem tomar banho em paz. Os homens se penduram na parede (que não vai até o teto) para ver a gente pelada lá dentro”, reclama a baiana Maria Madalena da Conceição, 41 anos, há uma semana no albergue.

“Segurança aqui é nenhuma. Esses dias estupraram uma mulher. Arranjaram uma passagem o mais rápido possível e a mandaram para Belo Horizonte. Só para acobertar o caso”, denuncia Gabriel. “No domingo, entraram no meu quarto e roubaram quatro perfumes e um blusão meu. Aqui entra quem quer. Não tem controle nenhum”, conta Maria Madalena.

Reclamam também dos escorpiões que encontram e matam, das formigas que picam as crianças, da comida que dizem dar dor de barriga. “Eu preferia mil vezes morar na invasão. Aqui, ninguém dorme. De noite só tem bagunça e pancadaria”, diz Angelina Jesus da Ro-

cha, 52 anos, que também morava no Areal. “E esse banheiro? É um lixo. O mató era muito melhor.”

A diretora do CAS, Fátima Leitão, admite que o albergue precisa de uma reforma geral. Segundo ela, os recursos já fo-

ram previstos no orçamento para 1999. Devem ser reformados os banheiros, a lavanderia e a creche das crianças. “Tivemos reunião na Fundação do Serviço Social, na terça-feira, justamente para tratar dessas reformas”, diz Fátima.

A diretora informou que foi enviado ofício semana passada à Secretaria de Segurança Pública, pedindo o retorno da segurança policial para o local. “Desde junho de 1997 que não temos policiais aqui. Precisamos de dois por turno”, diz. “Mas o pessoal também é só reclamação. Se eu ficar ouvindo, não faço mais nada.”

O albergue beira a lotação. Outro problema para o governo resolver, já que a determinação dos fiscais das administrações regionais é a de fazer cumprir o ultimato das 24 horas das notificações. Depois de vencido o prazo, começa a operação de derrubada. Os invasores que não tiverem para onde ir poderão ser abrigados no CAS, que dispõe atualmente de apenas 10 vagas. O albergue tem capacidade para 450 famílias.

Para desafogar o local, o governo pretende liberar passagem de ônibus para 250 famílias ainda esta semana. A maioria tem a Bahia como destino. “Pode ser que o feriado de carnaval prejudique um pouco a programação. Mas estamos negociando com as empresas. Há uma lista de 150 famílias só esperando para ir embora”, afirma Fátima Leitão.

“NÃO SOU TURISTA
FORÇADO PARA O
GOVERNO ME DAR
PASSAGEM E R\$ 50 PARA
A VIAGEM DE VOLTA”

Nelson Jesus de Lima,
albergado